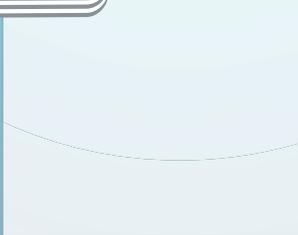


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Tesouro reitera que Goiás não está apto ao RRF

SUPREMO Governo estadual alega não ter condição de pagar parcelas mensais de R\$ 64,5 milhões de dois contratos com a União

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O Tesouro Nacional voltou a afirmar ser contrário à adesão do Estado de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O POPULAR questionou o órgão sobre o posicionamento da União diante do pedido de liminar do Estado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que garantias de dois contratos de refinanciamento de dívidas com o governo federal não sejam executadas até adesão de Goiás ao RRF. O valor do refinanciamento é de R\$ 8,5 bilhões e as parcelas mensais são de R\$ 64,5 milhões. Em nota, o Tesouro informou que, "basicamente, o Estado não cumpre todos os requisitos necessários à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal relacionados no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2019".

Em ação cível originária (ACO), o Estado de Goiás alegou que não pode continuar pagando as parcelas dos contratos já a partir deste mês. O argumento utilizado é a crise financeira. A petição inicial foi protocolada no dia 11 de julho. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, determinou, na quinta-feira (18), que a União tinha 48 horas para se manifestar sobre as ponderações do Estado de Goiás.

Em junho, o ministro do STF Gilmar Mendes concedeu liminar que permitiu ao Estado de Goiás suspender o pagamento

de dívidas com bancos federais por seis meses. Na época, reportagem do POPULAR mostrou que a expectativa com a decisão era economizar pelo menos R\$ 900 milhões. A decisão também permitiu o ingresso do Estado no RRF. Foi nesta época que a União se manifestou contra a adesão do Estado ao regime.

Entretanto, o Estado alega que o equilíbrio das contas depende da suspensão das garantias ligadas à dívida com a União, que é o objetivo da nova ação.

CUSTO

Em junho, a União bancou R\$ 1,262 bilhão de dívidas de governos de três Estados. Entre eles está Goiás, que deixou de pagar R\$ 131,21 milhões. Os demais valores são referentes ao Rio de Janeiro (R\$ 610,45 milhões) e Minas Gerais (R\$ 520,36 milhões). Os dados são do Tesouro Nacional. No primeiro semestre, o calote dos três Estados à União somou R\$ 4,246 bilhões.

Apesar do prejuízo, o Tesouro não pode bloquear repasses a estes Estados porque o Rio de Janeiro aderiu ao RRF em 2017. No caso de Goiás e Minas Gerais, decisões judiciais impedem as sanções. Na ocasião em que os números foram divulgados, a Secretaria de Economia de Goiás informou, por nota, que não houve calote à União, "mas uma suspensão de pagamento do serviço da dívida, por decisão liminar do STF". (Com Agência Estado)

Punições agravariam situação financeira

Os contratos do Estado de Goiás com a União têm cláusula que autoriza a União a fazer o bloqueio das transferências constitucionais obrigatórias e da arrecadação tributária de competência do Estado, em caso de inadimplência. Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) informou que a execução destes pontos "agravaria ainda mais a já caótica situação financeira do Estado de Goiás". O presidente do STF, Dias Toffoli, está à frente do plantão durante o recesso e deve decidir sobre o pedido de liminar.

Na ação, o Estado cita dois contratos de R\$ 8,5 bilhões, em

que as parcelas mensais somam R\$ 64,5 milhões. Ao STF, o Estado informou que os valores são quitados regularmente, mas destinar o dinheiro à União estaria causando prejuízo para a manutenção adequada de serviços públicos estaduais e para o pagamento de salários dos servidores públicos.

Entre as sanções estabelecidas no contrato para casos de inadimplência, estão o bloqueio de transferências constitucionais e da arrecadação tributária de competência do Estado. Além disso, Goiás deve ser incluído nos cadastros restritivos nos termos da legislação vigente.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Mais medidas

O governador Ronaldo Caiado (DEM) ampliou o decreto de contenção de gastos, publicado em 2 de janeiro, para condicionar a realização de novos concursos públicos à avaliação da Secretaria de Economia.

Crivo

As medidas valem para concursos que ainda não foram iniciados pelo governo e prevê que a pasta da Economia emita parecer favorável ou não, que pode sugerir também adequações orçamentárias.

Era interina

Michele Carvalho Rocha Cardoso foi oficializada como presidente do Conselho de Administração da Saneago.



Conselheiro autoriza redução de tarifa de vistoria veicular

Baseando-se em nova instrução técnica da Gerência de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE) CE, que acolheu argumentos do Detran e Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), o conselheiro relator do processo, Sebastião Tejota reconsiderou – até análise do Plenário-, ontem, medida cautelar que suspendia redução do valor da tarifa de vistoria veicular técnica e ótica. Com isso, a tarifa pode voltar a ser de R\$ 108,00 (redução de 38% em relação aos R\$ 175,76 cobrados atualmente). O mérito não foi apreciado. Analisando o recurso, a unidade técnica convenceu-se que o contrato firmado entre Detran e a empresa Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda, em sua cláusula 11ª permite reajuste para aumentar ou diminuir o valor da tarifa, de forma extraordinária, a qualquer tempo, tendo por base a Taxa Interna de Retorno (TIR) da concessionária dos serviços. Sendo assim, no entendimento dos técnicos do TCE, não haveria irregularidade no fato de, após análise dos demonstrativos financeiros da empresa (fluxo de caixa), a agência de regulação ter chegado à conclusão de que valores cobrado no momento são superiores ao

que deveriam, e visando ao equilíbrio financeiro ter se decidido pela redução da tarifa em quase 40%. Diante do novo entendimento da unidade técnica, e do interesse público, Tejota revogou a cautelar e determinou intimação dos presidentes da AGR, Detran e Sanperes.





Caiado: potencial de Goiás atrai novos investimentos

Em entrevista concedida à RBC, governador revela que mesmo com o corte dos incentivos fiscais, o Estado é competitivo e que tem atraído empresas de todo o Brasil e do mundo

Helton Lenine

Em entrevista concedida aos programas “O Mundo em Sua Casa” e “Fala Goiás em Rede”, das Rádios Brasil Central AM e FM, o governador Ronaldo Caiado salientou como tanto as mudanças implementadas por sua gestão como a transparência nas ações do governo têm favorecido a retomada da credibilidade do Estado junto à população, aos servidores e ao empresariado. “São situações [ações] que fazem com que o governante ganhe credibilidade. É quando o cidadão vê que você não está escondendo nada nem planejando nenhuma armadilha”, enfatizou.

Segundo o governador, mesmo com o corte de R\$ 1 bilhão em incentivos fiscais, Goiás é o Estado brasileiro com maior percentual de incentivos, ficando atrás apenas da Zona Franca de Manaus, no Amazonas. Caiado ressaltou que Goiás tem atraído empresas de todo o Brasil e do mundo. Apenas nesses seis meses de gestão 26 empresas já assinaram o protocolo de intenção para se instalar no Estado. “Ontem [quinta-feira] mesmo um empresário do Rio Grande do Sul me disse: “Vou visitar Goiás porque estou vendo a maneira com que o senhor está tratando o Estado e a maneira com que o senhor está sendo transparente conosco”, contou.

Caiado lembrou ainda a preocupação do governo em distribuir as novas empresas pelo interior do Estado, descentralizando a produção, gerando empregos e impulsionando a economia em todas as regiões. “Ti-

vemos a preocupação de não concentrar as empresas em Goiânia, Anápolis e Aparecida [de Goiânia], mas dar oportunidade às cidades do interior. Essas 26 empresas nós distribuímos em 21 cidades no interior do Estado Goiás”, assegurou.

O governador sublinhou a eficiência do Programa de Compliance Público implantado no Poder Executivo, que já possibilitou a identificação de núcleos de corrupção instalados em órgãos públicos como o Ipasgo, a Codego, o Detran, e a Saneago. “Fornecendo essas informações à Polícia Civil, ao Ministério Público, à Inteligência da Polícia Militar, e então vamos rapidamente conseguindo tamponar essas ações que sangravam o Estado de Goiás, uma estrutura mafiosa que tinha o objetivo de consumir cada vez mais e desviar dinheiro público”, avaliou.

SAÚDE EM PRIMEIRO PLANO

Com uma extensa trajetória no parlamento, Caiado falou sobre o bom relacionamento que mantém com a bancada goiana na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Com a antecipação das emendas parlamentares, a saúde tem sido uma das prioridades do governo. O governador anunciou que R\$ 8,5 milhões foram destinados ao Hospital Materno Infantil via emenda do deputado federal Zacharias Callil (DEM).

Já uma emenda do deputado José Nelto (Podemos) irá beneficiar os hospitais de Águas Lindas, na região do Entorno de Brasília, e de Uruaçu, na região Norte do Estado. De acordo com Caiado, o deputado José Mário Schreiner também deverá destinar emenda para esses hospitais. “Eles atenderam a uma solicitação

nossa para podermos destinar verba principalmente para esses hospitais. Em Águas Lindas ainda faltam mais de R\$ 24 milhões para podermos inaugurar de verdade, porque de mentirinha já foi inaugurado umas cinco vezes. Para o de Uruaçu ainda faltam R\$ 64 milhões.”

Caiado revelou o descaso com as obras que foram inauguradas em período eleitoral e depois abandonadas pela gestão anterior. “Fiz questão de levar a população de Uruaçu para ver a farsa. Lá só tem a parte ambulatorial de um prédio enorme. A estrutura pesada, que vai nos custar ainda R\$ 64 milhões, está por fazer. Nós não temos um tijolo na parte de administração, de cozinha, da área de recuperação de pós-operatório. Parte de UTI e o centro cirúrgico estão no reboco”, descreveu.

O mesmo ocorreu como Hospital



DIVULGAÇÃO

Governador Ronaldo Caiado: com apoio da população, Goiás está sendo recuperado

“**Um empresário do Rio Grande do Sul me disse: “Vou visitar Goiás porque estou vendo a maneira com que o senhor está tratando o Estado e a maneira com que o senhor está sendo transparente conosco”**”

dos Servidores, onde apenas a parte ambulatorial e alguns quartos de enfermaria foram entregues. “A parte que dá acesso à estrutura mais pesada, onde ficam as áreas de raio-x, de exames de imagem, de centros cirúrgicos, de unidades de recuperação e UTIs, eles fizeram uma parede falsa. A cara do governo anterior, é tudo falso”, se indignou.

No balanço dos seis primeiros meses de gestão, o governador destacou também as ações de recuperação do Rio Araguaia, além avanços na segurança pública, na educação e no setor agropecuário, com a concessão da Ferrovia Norte-Sul, que deve favorecer o escoamento da produção goiana.



Pedro Sales prepara “pente fino” nos cargos e contratos da Codego

Helton Lenine

Pedro Henrique Sales, que vai deixar a secretaria estadual de Administração, por determinação do governador Ronaldo Caiado (DEM), assume a presidência da Companhia de Desenvolvimento de Goiás (Codego) com a tarefa de reduzir os valores dos cargos comissionados e rever os contratos firmados pela estatal, no anterior e no atual governo.

Uma das metas da nova direção é a de estabelecer o teto de R\$ 10 mil para os salários pagos pela companhia dos servidores comissionados. Apenas os três diretores (técnico, administrativo e financeiro) e o chefe do departamento jurídico têm salários de R\$ 18 mil e R\$ 12 mil, respectivamente.

Enquanto Pedro Sales não toma posse, responde pela presidência da Codego o vice Nailton de Oliveira.



Pedro Henrique Sales

EXONERAÇÃO

Na semana passada, o governador exonerou o presidente Valderi Borges e os diretores Cesmar Moura de Oliveira (técnico) e Carlos César

Toledo (administrativo), por inoperância administrativa. Da diretoria anterior, permanecem o vice-presidente Nailton de Oliveira e o diretor financeiro Alexandre Ribeiro.

Valderi Borges da Silva, que também deixou o cargo de presidente da Codego, não teria sido demitido. O deputado estadual Álvaro Guimarães (DEM0, responsável pela sua indicação, informou que ele havia renunciado e o governador o convidou para assumir outro cargo, provavelmente na Goiás Fomento.

A posse de Pedro Henrique Sales na presidência da Codego deve ocorrer esta semana, já que ele aguarda manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde é servidor de carreira, para ser colocado novamente à disposição do governo de Goiás. Na SEAD, assume Bruno Magalhães D’Abadia, servidor concursado da Secretaria de Economia do Estado.



STF pede à União manifestação sobre crise financeira de Goiás

DA REDAÇÃO

Por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, a União deverá se posicionar em até 48 horas sobre a situação econômico-financeira do Estado de Goiás. A determinação foi tomada com base nas alegações do Estado na Ação Cível Originária (ACO) 3286 onde se afirma que, devido a grave crise financeira, não há condições de continuar realizando o pagamento das parcelas referentes a dois contratos de refinanciamento de débitos com a União.

Diante das alegações, Goiás reivindica a concessão de uma liminar para que a União deixe de executar as garantias do contrato até que seu ingresso ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) seja efetivado.

O saldo devedor resultante dos contratos de financiamentos assumidos pelo Estado é de R\$ 8,5 bilhões, com parcelas mensais orçadas em R\$ 64,5 milhões. O STF publicou que embora os repasses mensais estejam ocorrendo, o Estado atesta prejuízo para a manutenção de repasses importantes para os serviços públicos e cumprimento da folha de pagamento dos servidores estaduais.

DÍVIDA

Segundo o STF, o Estado argumenta que, mesmo com a liminar do ministro Gilmar Mendes, a equalização de suas contas depende também da suspensão das garantias vinculadas à dívida contraída com a própria União. Após o ministro ter acesso as informações requeridas junto a União, Toffoli irá avaliar o pedido.



“Governo Caiado vai ajudar mais os nossos municípios”



Lincoln Tejota e Adivair Macedo: parcerias em Lagoa Santa

DA REDAÇÃO

“O Goiás de Resultados é uma ferramenta importante nesse momento novo em que o Brasil pede uma gestão mais eficiente, mais rápida e mais ágil”, disse o vice-governador Lincoln Tejota, durante as comemorações do 22º aniversário de emancipação de Lagoa Santa.

Ao lado do prefeito Adivair Gonçalves Macedo, de parlamentares e lideranças da região, Tejota destacou que o programa de metas prioritárias do governo irá trazer mudanças significativas para todas as regiões do Estado.

Segundo observou Tejota,

“com o Goiás de Resultados, poderemos ajudar mais os municípios, porque teremos condições de saber o que está dando certo e o que precisa ser melhorado”. Segundo explicou, o governo vai acompanhar diretamente os gastos e poderá fazer uma realocação orçamentária caso seja preciso.

O programa Goiás de Resultados foi instituído pelo governador Ronaldo Caiado para garantir a gestão dos programas considerados prioritários pelo governo e que vão ter a atenção necessária para a entrega de resultados concretos à população até dezembro de 2022.